

# **Demonstração Contábil Regulatória**

## **Canarana Transmissora de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2016

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre a  
Demonstração Contábil Regulatória

# **Canarana Transmissora de Energia S.A.**

## **Demonstração contábil regulatória**

31 de dezembro de 2016

### **Índice**

Relatório dos auditores independentes sobre a demonstração contábil regulatória.....	1
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	7
Demonstração do fluxo de caixa .....	8
Notas explicativas a demonstração contábil regulatória.....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Canarana Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Canarana Transmissora de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 27 de abril de 2016 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2016, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Canarana Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 27 de abril a 31 de dezembro de 2016, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Canarana Transmissora de Energia S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### **Outros assuntos**

A Canarana Transmissora de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 27 de abril de 2016 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

**Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Balanço Patrimonial  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	1.893
Adiantamento de seguros		48
Outros ativos circulantes		84
		<u>2.025</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento de seguros Imobilizado	<b>7</b>	156
		<u>2.594</u>
		<u>4.775</u>
Passivo		
Passivo circulante		
Fornecedores - terceiros		15
Tributos e contribuições sociais		65
Outros passivos circulantes		184
		<u>264</u>
Passivo não circulante		
Outras contas a pagar - partes relacionadas		52
		<u>52</u>
Patrimônio Líquido		
Capital social		5.001
Prejuízo acumulado		(542)
	<b>8</b>	<u>4.459</u>
		<u>4.775</u>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil regulatória.

**Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração do resultado  
Período de 27 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>
Despesas gerais e administrativas		<u>(544)</u>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b><u>(544)</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b><u>2</u></b>
Receita financeira		3
Despesa financeira		(1)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>(542)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social		-
<b>Prejuízo do período</b>		<b><u><u>(542)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil regulatória.

**Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Período de 27 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>
Prejuízo do período	(542)
Outros resultados abrangentes	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>(542)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil regulatória.

**Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Período de 27 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Constituição da companhia em 27 de abril de 2016	1	-	1
Aumento de capital em 26 de setembro de 2016	5.000	-	5.000
Prejuízo do período		(542)	(542)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.001</b>	<b>(542)</b>	<b>4.459</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil regulatória.

## Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
Período de 27 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>
Atividades operacionais:	
Prejuízo do período antes dos impostos	(542)
Itens de resultado que não afetam o caixa	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	
Adiantamento de seguros	(204)
Outros ativos	(84)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Fornecedores	15
Tributos e contribuições sociais	45
Outros passivos	256
<b>Fluxo de caixa aplicado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>(514)</u></b>
Atividades de investimento:	
Imobilizado	(2.594)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(2.594)</u></b>
Atividades de financiamento:	
Aumento de capital	5.001
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b><u>5.001</u></b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>1.893</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b><u>-</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b><u>1.893</u></b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil regulatória.

## **Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “CNTE”), foi constituída em 27 de abril de 2016 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### **1.1. Da concessão**

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 58.212.630 e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A Companhia prevê entrar em operação em junho de 2020.

A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso:

- (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km.
- (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva.
- (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O empreendimento está em fase de estudos e obtenção das licenças ambientais.

#### **1.2. Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

## **Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

### **2. Base de preparação e apresentação da demonstração contábil regulatória**

A Demonstração Contábil Regulatória (DCR) foi preparada de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A DCR foi autorizada pela Administração em 10 de abril de 2017.

#### **2.1. Estimativas e premissas**

A DCR foi elaborada de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação da DCR foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

#### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação da demonstração financeira.

#### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

## **Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

### **3. Resumo das principais práticas contábeis regulatórias**

A prática contábil regulatória utilizada é a mesma adotada na demonstração financeira societária, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

#### **3.1. Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocado a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

#### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### **4.2. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

## **Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **4.3. Impostos**

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### **4.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **4.5. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

## Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

### 4.6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### 4.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

## 5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Notas	31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo				
Ativo circulante		<b>2.025</b>	-	<b>2.025</b>
Caixa e equivalentes de caixa		1.893	-	1.893
Adiantamento de seguros		48	-	48
Outros ativos circulantes		84	-	84
Ativo não circulante		<b>2.750</b>	<b>57</b>	<b>2.807</b>
Ativo financeiro amortizável	<b>a</b>	-	2.634	2.634
Adiantamento de seguros		156	-	156
Imobilizado	<b>b</b>	2.594	(2.577)	17
		<b>4.775</b>	<b>57</b>	<b>4.832</b>

## Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo				
Passivo circulante		<b>264</b>	-	<b>264</b>
Fornecedores - terceiros		15	-	15
Tributos e contribuições sociais		65	-	65
Outros passivos circulantes		184	-	184
Passivo não circulante		<b>52</b>	<b>162</b>	<b>214</b>
Outras contas a pagar - partes relacionadas		52	-	52
Tributos diferidos	<b>c</b>	-	162	162
Patrimônio líquido		<b>4.459</b>	<b>(105)</b>	<b>4.354</b>
Capital social		5.001	-	5.001
Prejuízo acumulado	<b>d/e</b>	(542)	(105)	(647)
		<b>4.775</b>	<b>57</b>	<b>4.832</b>

	Nota	31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>d</b>	-	<b>1.404</b>	<b>1.404</b>
Custo da operação	<b>e</b>	-	(1.490)	(1.490)
<b>Prejuízo bruto</b>		-	<b>(86)</b>	<b>(86)</b>
Despesas gerais e administrativas		(544)	-	(544)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(544)</b>	<b>(86)</b>	<b>(630)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>2</b>	-	<b>2</b>
Receita financeira		3	-	3
Despesa financeira		(1)	-	(1)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(542)</b>	<b>(86)</b>	<b>(628)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		-	(19)	(19)
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(542)</b>	<b>(105)</b>	<b>(647)</b>

## **Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura e da receita financeira.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

## Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

### d) Receita

#### Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

#### Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras. Na DCR apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa.

### e) Custo de construção

O saldo de custo de construção é reconhecido nas demonstrações financeiras societárias baseado com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Na DCR o saldo é representado pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>
Bancos	390
Aplicação Financeira	<u>1.503</u>
	<u><b>1.893</b></u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

## Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

### 7. Imobilizado

#### 7.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum	Valor líquido em 31/12/2016
<b>Ativo imobilizado em curso</b>				
<b>Transmissão</b>	-	<b>2.577</b>	-	<b>2.577</b>
Adiantamentos a fornecedores	-	1.086	-	1.086
A ratear	-	1.491	-	1.491
<b>Administração</b>	-	<b>17</b>	-	<b>17</b>
Equipamentos de informática em curso	-	17	-	17
	-	<b>2.594</b>	-	<b>2.594</b>

#### 7.2. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2016

	<u>Material e equipamentos</u>
A ratear	1.491
Adiantamentos a fornecedores	1.086
Equipamentos de informática	17
	<u><b>2.594</b></u>

### 8. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 27 de abril de 2016 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$ 1 cada, totalizando R\$ 1.000.

Em 26 de setembro de 2016 houve aumento de capital em R\$ 5.000.000 conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 5.001.000 dividido em 5.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2016</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u><b>100%</b></u>

## Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

### 9. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### 9.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	1.893
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>
Fornecedores terceiros		15

#### 9.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

## **Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas a demonstração contábil regulatória  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

### c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## **10. Gestão do Capital**

A Companhia utiliza capital próprio e utilizará de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.